

## **RESISTÊNCIA AO NEOLIBERALISMO**

**J. Chasin**

Às vésperas de 93, o Brasil dejetou a mais sórdida aventura governamental de sua história. O voto conclusivo do Senado Federal, em fins de dezembro, encerrou o *impeachment* contra Fernando Affonso Collor de Mello, punindo com o impedimento definitivo o presidente, cujos crimes pessoais serão ainda julgados pelo Supremo Tribunal Federal, e que nos 30 meses em que detivera o poder fora totalmente incapaz de proceder “com a dignidade, a honra e o decoro do cargo de chefe de estado” (*Relatório da CPI*), e cuja simples presença pública fora crescentemente ofendendo o conjunto do país, até à plena convicção de sua culpa, denunciada nas ruas como verdade nacional.

### UMA AVENTURA DAS ELITES

Mas a remoção constitucional do aventureiro não foi apenas o desenlace de uma impostura de natureza pessoal - o desmascaramento e a liquidação de um embuste individual que contara, de qualquer modo, com o arrimo de não poucos, sempre a título singular - mas também a reprovação da igualmente aventureira equação política do establishment brasileiro na sucessão presidencial de 89, a primeira que se dava através de eleições diretas após um quarto de século de ditadura militar. A ascensão e queda do despudor individual estiveram, de fato, lastreadas nas condições criadas pela irresponsabilidade e perplexidade das elites econômicas, que só *a*

*posteriori*, já no curso prático dos acontecimentos, verificaram como ilusória a pretensão de eleger e vir a manter sob controle, em pleno exercício do poder, a figura desde logo inconfiável do candidato artificialioso e visivelmente destituído de escrúpulos.

O cerne do drama vivido nunca esteve, portanto, na desfaçatez sem limites de uma individualidade especialmente viciosa e de seu círculo íntimo de aproveitadores banais e acólitos grotescos: para a evidência da nulidade destes, basta recordar a galeria de monstros formada pelo seu primeiro ministério. Pútrida, a esfera das individualidades resumiu apenas uma adequação de circunstância: encarnar em atores de baixíssimo nível, destituídos de qualquer valor próprio - os únicos, aliás, que consentiriam em envergar os míseros papéis que lhes eram destinados - o desvalor histórico que ferreteia desde as origens o círculo social dominante no Brasil, especialmente agudizado pela sua redobrada impotência atual, que já perdura por vinte anos.

Com o esgotamento do “milagre econômico” (68-73) e a outra face da mesma moeda - a crise da dívida externa, que induziu a crise do setor público e do estado em seu conjunto - foram talhados os impasses do quadro nacional, para o qual os agentes econômicos determinantes não conseguiram formular uma nova etapa de acumulação de capital, ou seja, simplificando os termos, um padrão alternativo de desenvolvimento.

Nessa quadra, fracionadas num gradiente de interesses díspares, os setores dominantes (banqueiros, empreiteiros, industriais, agricultores, comerciantes etc., sem falar em suas clivagens regionais) têm sido incapazes de se aglutinar economicamente, e por conseqüência incapazes também de se unificar no plano político. Em 89, sem projeto nacional e carentes de qualquer programa político, acovardados diante das candidaturas de Leonel Brizola e Luís Inácio da Silva, enveredaram pela calha de suas piores inclinações,

arrematando um pacto conservador temerário em redor de Collor de Mello, na presunção de que retinham seus cordéis e os moveriam a seu bel prazer.

Supunham estar diante de um hábil demagogo, e se viram em face de um monarquete ridículo, que orgasmava com a exibição de sua própria mediocridade. Collor de Mello não apenas reduzia a política à fria e permanente exposição pública de sua figura, mas sucumbiu calorosamente ao seu exibicionismo compulsivo. Sua arma era sua doença. Morbidez de etiologia social, sem dúvida, bem de acordo com a determinação societária de nossa época, nem por isso isenta de responsabilidade individual em suas encarnações pessoais. Nesse plano, Collor de Mello não é um tipo, mas um caso extremo, que o aventureirismo burguês levou à aberração. Só o politicismo teórico radical pode fazer do ex-presidente um simples paradigma da malversação política, engastado no interior, hipoteticamente normal, de uma individualidade guiada no todo pela razão manipulatória. Tal diagnóstico tem por fim sustentar a nobreza da “verdadeira” política, deixando na obscuridade que as criaturas do poder são passíveis de ser ou vir a ser patológicas, bem como que, por natureza, a política, sendo a administração do domínio de uns sobre outros, jamais pode ser a sagração da santidade.

O *establishment* nacional e seu correlativo externo no país quiseram acreditar também que o pacto de emergência proporcionaria, na falta de alternativa e a alto custo, uma ferramenta ao menos razoável para reajustar e levar à frente seus negócios, e se viram em face de um chefe de quadrilha, cuja voracidade e a de seus comparsas ultrapassava os limites da cobiça desvairada, de tal modo que o engenho e o “profissionalismo” com que o assalto ao país foi concebido e executado também se perderam pela “grandiosidade” pretendida e pela volúpia urgente de usufruir e ostentar parcelas do botim. Assim, o monarca e seus cortesãos passaram, mais uma vez, ao

exibicionismo barato, escandalizando, não apenas pela riqueza posta em evidência, num país de 36 milhões de indigentes, mas pelo mau gosto esparramado na passarela.

Todavia, não foi a corrupção, nem muito menos os esgares de déspota principesco que derrubaram Collor de Mello. Decerto, tais fatores, com grande destaque para a primeira, integraram a malha determinativa do processo de deposição legal e democrático, tendo a corrupção constituído o próprio corpo de delito que facultou e apressou as ações institucionais e extra-institucionais resolutivas. Reais enquanto fenômenos, atuaram em seu plano, mas a essência movente do *impeachment* foi de outro estofo e abrangência.

#### A MODERNIDADE PERVERSA

A campanha eleitoral de Collor de Mello foi uma peça maciça de contradição insidiosa, respaldada pela conivência das elites e absorvida pela angústia das multidões, material e espiritualmente carentes.

Pretendia tornar palatável e congruente a defesa dos “descamisados” combinada com o que vem sendo referido como a modernização da economia brasileira, tudo pretensamente compatibilizado no *slogan* pueril de elevar o país ao primeiro mundo. Em suma, dupla demagogia: promessa de luta contra a corrupção e a miséria, capciosamente vinculadas, e pretensão de alavancar a retomada do crescimento, deixando para trás a “década perdida dos 80”.

Em verdade, manipulação barata da boa fé dos desesperados, e radicalização da diretriz econômica do golpe de 64, reatualizada sob as vestimentas do neoliberalismo. Se bem que antes *cobertura* de um assalto organizado, do que programa de ação, a retórica neoliberal - tardiamente inserida nas cogitações econômico-políticas

brasileiras, quando já censurada no cenário internacional, progressivamente assumida e reacentuada por Collor, até mesmo porque não dispunha de outra face para exhibir “seriedade” - não pôde ser mais, desde o início (basta pensar no seqüestro financeiro do primeiro plano de estabilização), do que mera e bizona ferramenta de demolição, exasperadora da própria alma perversa do neoliberalismo central. Que tenha deprimido com a sua recessão descabelada os padrões de subsistência a níveis anteriormente desconhecidos, é o chamado óbvio ululante. O que importa ressaltar é que, crescentemente, foi abalroando e confundindo a produção em geral, atingindo no fluxo do processo a quase totalidade dos setores, de sorte que gerou, não a escalada ao primeiro mundo, mas expectativas de anomia econômica. De tal modo que, em fins de 1992, o brasileiro estava quase 6% mais pobre do que em 1980, o desemprego alcançava milhões, o produto nacional decrescera em vários pontos percentuais e o estado, estruturalmente privatizado e falido porque privatizado, estava despedaçado em confusões. À antiga *questão social*, gerada desde sempre pela super-exploração do trabalho, e agudizada nos trinta meses colloristas, foi acrescida, no alongamento de quase vinte anos de impotência e perplexidade econômicas, a crise pela expectativa de ameaças intoleráveis à integridade do patrimônio produtivo em geral.

O desgoverno Collor não gerou, é claro, os dilemas estruturais do país, mas os tangeu pelo seu medíocre aventureirismo neoliberal a explicitações sem precedentes. Foi, decerto, o único serviço, involuntário, que prestou ao país.

## DA RESISTÊNCIA AO IMPEACHMENT

A aposta eleitoral do *establishment* em Collor foi aventureira, mas não ingênua: armou o monitoramento do vitorioso desde seus

primeiros passos. Ao mesmo tempo, difusamente, à medida em que as ilusões se foram dissipando, pelo interior de diversos segmentos foi nascendo uma inclinação inconfessa à resistência, que só muito aos poucos, informalmente, se articulou e organizou, não tendo jamais se anunciado de público. Por motivações diversas, até contraditórias, mas confluentes, frações do setor estatal da economia, áreas militares reconvertidas a orientações nacionais, timidamente setores do empresariado privado local e, por fim, inclusive a esfera monopólica (brasileira e multinacional) - que amargava resultados no *vermelho*, numa reatualização de idéias e energias remanescentes do pré-64, ainda que, aparentemente, de forma difusa e pouco estruturada, foram sendo crescentemente responsáveis pela resistência à paralisia e ao desmantelamento econômico patrocinados ou, ao menos, perspectivados pelos rumos e lineamentos neoliberais que, já impróprios e mal sucedidos nos países centrais, só podiam conduzir à aberração na periferia do sistema.

A resistência ao neoliberalismo e a conseqüente eliminação legal e democrática de Collor de Mello, facilitada pela centralização e magnificação da corrupção promovidas pelo seu desgoverno, foi uma espécie da autocrítica prática da burguesia brasileira em face de seu próprio e desastrado aventureirismo. O *impeachment*, abrindo precedente mundial, foi seu desaguadouro, para o qual a atividade parlamentar foi a calha institucional, reforçada pelas denúncias de imprensa, e a ação extra-institucional ou extra-parlamentar, configurada pelos movimentos de rua, a caixa de ressonância e pressão que dirimiu vacilações, e cujo mérito maior foi ter feito retornar à praça pública o segmento estudantil, de há muito submerso enquanto personagem político, e cujo regresso alegre e cromático, mas ainda muito pouco consistente, em plena consonância com o vazio teórico-ideológico dos partidos contemporâneos, corre o risco, por isso mesmo, de uma fácil pasteurização por meio da promoção

televisiva e de sua instrumentalização açodada pelas disputas faccionistas das legendas.

É decisivo ressaltar que a resistência subterrânea, conduzida à vitória, não se resume à abertura do precedente político do *impeachment*. A esse feito subjaz a única barragem ao neoliberalismo bem sucedida no conjunto dos países periféricos. Bloqueio que não é devido a dotes *especiais* ou *invulgares* da nacionalidade, mas à densidade alcançada, apesar dos pesares, pelo desenvolvimento econômico, técnico-científico e mesmo cultural do país. Patrimônio construído ao longo do último meio século - com perversidade social inequívoca e intolerável - mas que acumulou a energia necessária para reagir à ameaça de desmantelamento que o envolveu. Em verdade, o *establishment* econômico soube apenas se defender, o que nas circunstâncias não é desprezível, mas não gerou soluções, nem removeu os impasses reais que transpassam o país, pelos quais ele é originária e intrinsecamente responsável.

## O NOVO GOVERNO

De modo que, removido o pesadelo, restou, é evidente, o drama explícito da crise brasileira. Foram suas mil faces a presença mais notável na posse de Itamar Franco. E, tão logo este assumiu, reemergiram a impotência e a perplexidade do círculo dominante da economia brasileira, perfilada de novo em suas frações divergentes. A equação política da *coalizão para a governabilidade*, certa enquanto política, mostrou com extrema rapidez, melancolicamente, que era política em estado puro, como tal impotente, uma vez que destituída de alma social. Estéril como o *establishment*, quando se trata de ultrapassar a inteligência defensiva e auto-referida e abrir caminhos pela racionalidade exsudante do conjunto da sociabilidade.

O contraste, surpreendentemente, tem sido a voz do próprio presidente da república. O governo Itamar Franco já muito teria feito se restringisse seus propósitos aos limites de um simples período de transição, que devolvesse a compostura ao cargo, tranqüilizasse o país e presidisse como magistrado a sucessão de 94. De fato, aparentemente, não se poderia esperar muito mais do que isso diante dos efeitos devastadores do aventureirismo de Collor e da natureza e circunstância das prioridades externas, que comprimem e unilateralizam as possibilidades na periferia do capital.

Todavia, Itamar Franco vem reiterando pretensões muito maiores, mesmo porque é impossível imaginar a tranqüilização de um país sob a canga da abulia econômica e da degeneração social. Sensibilizado pela miserabilidade estrutural das grandes populações - fenômeno que, ademais, se encontra em largo período de agudização - vem armando com simplicidade tática uma visão que enfoca o *desenvolvimento nacional sob o princípio do progresso social*, o que configura uma tentativa de repor, na ordem do dia, a discussão sobre o *país real*, abandonada e contrariada desde o golpe de 64. Esvazia com isso, ao menos em parte, o debate viciado que havia se imposto e promove o questionamento do dogmatismo neoliberal e mesmo de seus derivados "sublimes". Por outro lado, no horizonte maior e positivo, pela sinalização à produção de bens populares, inflete para uma proposta de reordenação do sistema produtivo, ainda que sem forma programática elaborada. Desloca, assim, a tônica política, na medida em que o combate à miséria se torna o critério de governabilidade. O ponto de toque deixa de ser a necessidade do capital - no caso, sua modernização, para incidir sobre a necessidade humano-societária do combate à fome, exigência elementar do princípio do progresso social. Este passa à condição de regulador das premências da modernização do capital, ou seja, a modernidade é identificada à erradicação ou, pelo menos, à redução sistemática da



miséria física, que implica o resgate também de dimensões espirituais.

A superioridade dessa postura, independentemente de outras considerações, é mais do que palpável. Prioriza soluções para as demandas humano-societárias inadiáveis, em vez de as deprimir para o mero plano dos efeitos e conseqüências da modernização do capital, aliás vagos e incertos, como faz a retórica sectária e perversa do neoliberalismo.

Assim, Itamar Franco tenta instilar alma social na *coalizão da governabilidade*, o que é sua virtude maior, mas isso vem lhe rendendo críticas ferozes e desgastes profundos. Reposto em suas frações, o *establishment* reitera suas contraposições intestinas e gera instabilidades, enquanto a maior parte dos vetores partidários situados à esquerda do gradiente político, teoricamente bloqueados para a com-pre-ensão da lógica real em curso, se recolhe ao imobilismo da ambigüidade, quando não se confunde e absorve a argumentação do pior conservantismo.

Itamar Franco, pelo que tem de socialmente melhor, corre o risco de ficar ilhado, contraditoriamente, no interior da mais vasta coalizão política já articulada no cenário brasileiro. Os dilemas fundamentais do quadro nacional, que aí se refletem, provavelmente não serão resolvidos antes da campanha pela sucessão presidencial de 94, mas esta, definitivamente, será marcada pelo debate que Itamar Franco vem provocando. Isto ninguém mais poderá tirar dele, mesmo que o alcance desse mérito, a curto prazo, não venha a ser reconhecido, pois, no Brasil - as melhores forças têm primado em perder oportunidades.

Porém, diante do panorama desenhado após seis meses de exercício do cargo, o mais provável é que até mesmo o relevo daquele significado venha a exceder o fôlego de Itamar Franco na fixação definitiva de sua imagem presidencial, fragilizado pelo ônus de ter

sido o vice de Collor e, muito em especial, porque duplamente atropelado: de uma parte, pela perplexidade dos círculos dominantes, que continuam incapazes de formular um projeto nacional que rompa com o pasmo econômico que os imobiliza há vinte anos, e que ao mesmo tempo promova a integração dos vastos contingentes populacionais estruturalmente excluídos; de outra, em consequência, pela precipitação da campanha sucessória de 94, que tenderá a reduzir Itamar Franco a simples administrador de plantão.

Eleições gerais de 94 que - exponenciais pela simultaneidade dos pleitos que integram e, por isso mesmo, pelas perspectivas de fundo que podem abrir - demandarão acuidade e cacifes políticos muita acima dos envolvidos em 89 e no comum dos processos eletivos. Desde logo, o puro aventureirismo tenderá a ser excluído, pois as candidaturas nos diversos níveis terão de ser estreitamente articuladas, abrangendo lideranças, regiões e partidos, na estruturação de suas amarras viabilizadoras. Mal comparando, será um confronto de exércitos, cujo vencedor poderá vir a se eleger em campanha de maioria parlamentar, o que geraria equação política inusitada e poderosa, capaz de dirimir impasses e de suscitar a afirmação categórica de um projeto e de uma linha integrada de atuação sócio-econômico-política. O que é uma grande oportunidade e um desafio ainda maior, em face do qual qualquer leviandade será inadmissível, visto que poderá estar em jogo a definição dos lineamentos do país por décadas.